

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.866.219/0001-73

| Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais) | | | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais) | | | | | |
|--|----------------|----------------|---------------|--|---|---------------|-------------------|-------------------------------|---------------|
| Ativo | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
| Circulante | | | | | Em 1º de Janeiro de 2023 | 45.218 | 1.048 | 4.139 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.350 | 1.845 | 5.118 | 4.970 | Lucro Líquido | - | - | - | 12.151 |
| Contas a receber | 4.891 | 4.184 | 73 | 67 | Reserva legal | - | 607 | - | (607) |
| Partes relacionadas | 111 | 122 | 481 | 137 | Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (2.886) |
| Despesas antecipadas | 503 | 129 | 80 | 75 | Dividendos adicionais | - | - | (4.139) | (4.139) |
| Outros créditos | 8 | - | 282 | 243 | Pagamento de Dividendos adicionais | - | - | - | (2.614) |
| | | | 126 | 118 | Transferência entre reservas | - | - | 6.044 | (6.044) |
| Não circulante | 8.863 | 6.280 | | | Em 31 de dezembro de 2023 | 45.218 | 1.655 | 6.044 | 52.917 |
| Realizável a longo prazo | - | - | - | 16 | Lucro Líquido do exercício | - | - | - | 13.814 |
| Aplicação financeira restrita | 4.572 | 4.929 | 3 | 2 | Reserva legal | - | 691 | - | (691) |
| | 4.572 | 4.929 | 6.163 | 5.628 | Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (3.281) |
| | | | | | Pagamento de Dividendos anos anteriores | - | - | (6.044) | (6.044) |
| Imobilizado | 118.374 | 122.555 | 63.744 | 68.987 | Pagamento Dividendos adicionais | - | - | - | (1.719) |
| Intangível | 72 | 74 | 3.034 | 2.859 | Transferência entre reservas | - | - | 8.123 | (8.123) |
| | | | 3.253 | 3.447 | Em 31 de dezembro de 2024 | 45.218 | 2.346 | 8.123 | 55.687 |
| Total do ativo | 131.881 | 133.838 | 76.194 | 80.921 | | | | | |

| Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) | | | | Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais) | | | | |
|--|---------|---------|--------------------|--|---------------------|-------------------------|--------|---|--------|--------|-------|-------|
| UFV | Es-tado | Ci-dade | Potên-cia total MW | Garantia física MW médio | Início | Término | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Malta | PB | Malta | 27 | 7,5 | 1º de março de 2016 | 28 de fevereiro de 2021 | 13.814 | 12.151 | 17.868 | 20.411 | 3.350 | 1.845 |

1. Contexto operacional – A Malta Energia Renováveis S.A. (“Companhia”), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energia Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energia Renováveis S.A. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria Nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

| UFV | Es-tado | Ci-dade | Potên-cia total MW | Garantia física MW médio | Início | Término |
|-------|---------|---------|--------------------|--------------------------|---------------------|-------------------------|
| Malta | PB | Malta | 27 | 7,5 | 1º de março de 2016 | 28 de fevereiro de 2021 |

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 15 de abril de 2025. **(a) Contrato de Energia de Reserva – CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R\$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. **2. Base de preparação** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 20. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração de arrendamentos financeiros ao seu valor justo. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2024: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar

opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se**

existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fortaleza, 15 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 003.292/F-9
Patrícia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC IBA 040.103/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria
Tatiane Cristina Silva da Freiria
Contadora CRC 1SP 302.135/O-2



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026
Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

